Política energética

Indutora a uma matriz renovável

Plinio Mário Nastari*

A PERSPECTIVA de que os Estados Unidos devem se tornar independentes de energia ainda nesta década representa uma mudança significativa não só no campo da Energia, mas no da Geopolítica e no do equilíbrio das potências mundiais. Nas décadas de 1990 e 2000, os Estados Unidos sofreram com dependência por suprimento externo de petróleo, que variou entre 40% e 60% do total consumido. O desenvolvimento de novas tecnologias permitindo a exploração econômica do gás e óleo de xisto e das areias betuminosas trouxe a possibilidade concreta de nova expansão na produção local de energia e da recuperação de poços de petróleo antes considerados esgotados.

Pelo que representa para os Estados Unidos e o mundo, este é o desenvolvimento tecnológico mais importante de que se tem notícia nesta década. O foco primordial de atenção dos EUA deixa de ser o Oriente Médio, por sua concentração de reservas de petróleo, e passa a ser a Ásia – China, Índia e países do Sudeste Asiático –, pelo que representa em termos de mercados a ser explorados. A instabilidade política do Oriente Médio passa a ser uma preocupação mais compartilhada com Europa, Japão e China, que deverão arcar, no futuro, com parcelas crescentes dos gastos militares e da responsabilidade global pela estabilidade política na região. Para os Estados Unidos, abre-se a possibilidade de redução do orçamento militar, com impacto direto no reequilíbrio de suas contas públicas, e um novo fortalecimento de sua economia.

É interessante observar que, embora a independência energética dos EUA deva ocorrer às expensas do desenvolvimento do xisto fóssil, o presidente Obama deixou claro, em seu discurso de posse em janeiro, a intenção de dar incentivos crescentes a energias renováveis. Frisou também o compromisso com políticas que contribuam para o controle do aquecimento global.

O etanol de biomassa já substitui, nos EUA, 10% de toda a gasolina consumida, e a meta é que este percentual atinja 15% ainda nesta década. Não é pouco, considerando que consomem pouco menos de 9 milhões de barris por dia de gasolina, de um consumo mundial de 21 milhões de barris por dia. Os EUA produzem, hoje, o dobro do volume de etanol produzido pelo Brasil, embora o façam primordialmente a partir do milho, mesmo consumindo 45% de toda a oferta do grão produzido.

Apesar dessa fragilidade e de o etanol de milho não contar com as mesmas vantagens de balanço energético e ambientais do etanol de cana, os EUA continuam apostando fortemente no desenvolvimento energético, tanto de milho, quanto o celulósico, embora, lá, este último seja ainda mais uma meta do que uma realidade.

Embora não sejam signatários do Protocolo de Kyoto, os EUA criaram condições para que fossem desenvolvidas alternativas energéticas renováveis e que a sua vantagem ambiental em relação aos combustíveis fósseis fosse internalizada nos preços de mercado por meio do mecanismo de RINs (Renewable Identification Numbers). A meta é atingir um nível de substituição de 20% da gasolina até 2022.

Na União Europeia, uma Diretiva da Comissão Europeia aprovada pelo Parlamento estabeleceu como meta substituir 10% do *pool* de combustíveis fósseis por renováveis até 2020. Uma grande transformação encontra-se em andamento pelo desenvolvimento de uma crescente agricultura energética aliada à agricultura alimentar, que, por sua vez, passa a necessitar cada vez menos de subsídios diretos.

Para o Brasil, essas transformações são um alerta e um exemplo. Alerta pelo fato de que a independência energética dos EUA reduz a importância global da extração de petróleo em reservas superprofundas. A menor dependência pelo petróleo do Oriente Médio pode trazer consequências ainda imprevisíveis tanto no preço médio, quanto na sua volatilidade. O Pré-Sal continua sendo um projeto tecnicamente ambicioso pela engenharia e especificação de materiais requeridas em operações entre 6 e 10 mil metros de profundidade, que correspondem a pressões entre 600 e 1000 atmosferas.

Mas, o que mais chama a atenção é o fato de que as políticas energéticas dos EUA e da União Europeia continuam contemplando a importância crescente de energias renováveis, não só de biomassa, mas também a eólica, a solar (fotovoltáica) e a advinda da biodigestão de resíduos, exatamente no momento em que – pelo menos no caso norte-americano – tornam-se mais independentes de fontes de suprimento externo de petróleo. Esse é um exemplo a ser seguido pelo Brasil.



ELZA FIUZA/ABR

O País já conseguiu atingir um grau de substituição de gasolina por etanol, em gasolina equivalente, de impressionantes 56,9%, em 1988. Este percentual caiu gradativamente para 37,0% até 1998, resultado da queda nas vendas de veículos movidos exclusivamente a etanol, tendo se recuperado a partir daí, até atingir 44,6% em 2010 – boa parte dessa recuperação baseada no sucesso de vendas dos carros flexíveis, desenvolvidos no Brasil. Desde então, o percentual caiu rapidamente para os 31,7% observados em 2012, resultado das adversidades sofridas pelo etanol a partir de 2010, destacando-se a crise financeira, o clima anormal e a política de preços que vem subsidiando os preços da gasolina e do diesel aos consumidores e desestimulado produtores de etanol. O percentual de substituição da gasolina atingido pelo etanol no Brasil ainda está bem acima da meta estabelecida pela lei norte-americana, mas a inconstância da nossa política energética fica patente pela gangorra na participação do etanol no consumo de combustível do Ciclo Otto.

O Brasil dispõe de condições quase inigualáveis de clima, grande extensão de solos férteis sem acidentes geográficos impeditivos e razoável precipitação pluviométrica, que prescinde a necesssidade de irrigação em uma extensa área agricultável, para desenvolver, de forma vigorosa, sua agricultura energética. Apesar disso, continuamos utilizando óleo diesel de forma intensiva para mover tratores, colheitadoras e caminhões para a produção de alimentos e produtos primários de exportação no Centro-Oeste, bem longe de onde são produzidos ou importados. Toda esta produção é, novamente, transportada, consumindo óleo diesel, para portos de exportação, localizados a longas distâncias.

Em vez de uma mistura horizontal de biodiesel em todo o diesel fóssil distribuído no País, a política fiscal poderia viabilizar e induzir um uso mais intensivo onde o seu custo social é maior, seja por razões de logística (nas regiões Centro-Oeste e Norte), seja de interesse ambiental (nos grandes centros urbanos). O desenvolvimento do biometano também poderia substituir, com vantagem, o diesel fóssil e gerar eletricidade de forma distribuída.

Investimentos adicionais na produção de etanol de biomassa poderiam ser mais rapidamente viabilizados se a cogeração voltasse a ser atrativa do ponto de vista empresarial, visto que a expansão da capacidade de moagem de cana-de-açúcar está intimamente relacionada à viabilização conjunta do etanol e da cogeração de eletricidade. A cogeração deixou de ser interessante pelas baixas tarifas a que se chegou nos leilões conjuntos de energia, em que todas as fontes passaram a competir simultaneamente, embora com características diferenciadas de geração e distribuição.

Leilões conjuntos de energia não têm sido capazes de capturar as diferenças relacionadas a investimentos e perdas em transmissão, que podem chegar a até 15% no caso de projetos localizados distante dos centros de consumo. A cogeração de biomassa dá-se, geralmente, próximo a polos de consumo, com baixo investimento e perdas em transmissão.

A política de combustíveis deve reconhecer que, em muitos casos, como o do etanol de cana, trata-se de um projeto de desenvolvimento descentralizado, que traz outros benefícios econômicos, sociais e ambientais, diretos e indiretos, além da simples substituição direta de combustível fóssil. O desenvolvimento de polos econômicos no interior dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e, mais recentemente, Goiás e Mato Grosso do Sul está diretamente relacionado à expansão da cultura da cana-de-açúcar e à renda por ela gerada de forma distribuída, quando comparada principalmente à pecuária extensiva.

O Brasil tem a chance de utilizar os seus recursos naturais para criar um grande projeto de energia verde, a partir do conceito de agricultura de baixo carbono, baseado em etanol de cana de primeira e segunda geração, biodiesel, biogás e biometano, geração elétrica distribuída e uma extensa cadeia de produtos verdes que podem derivar destas fontes primárias.

Falta pouco para que o planejamento energético seja capaz de integrar políticas públicas que induzam os agentes privados, em condições de livre mercado, na direção do atingimento destas metas de longo prazo. Se isso for feito, o Brasil poderá ser reconhecido novamente como líder global na área de combustíveis renováveis. ■

*Mestre e doutor em Economia agrícola, foi professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da EAESP-FGV e presidente da DATAGRO Consultoria

PRÊMIO ANDEF

16ª edição

2012 | 2013

blueboxcomunicacao.com.br

Estão abertas as inscrições para a maior premiação do agronegócio brasileiro.

NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE. FAÇA SUA INSCRIÇÃO ATÉ 30 DE ABRIL.



É muito fácil inscrever seu projeto. Acesse www.andefedu.com.br e saiba mais.

ANDEF
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

Prêmio ANDEF